

21 de outubro de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



**SERVIÇO GEOLÓGICO
DO BRASIL - CPRM**

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL PUBLICA ESTUDO INÉDITO QUE DEFINE E LOCALIZA MINERALIZAÇÕES DE GRAFITA EM RONDÔNIA

Durante a execução do projeto Novas Fronteiras de Integração Geológica e Recursos Minerais da Porção Noroeste do Estado de Rondônia, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) identificou a ocorrência de grafita no Complexo Nova Mamoré. O estudo define de forma inédita a localização destas ocorrências na região, bem como a forma de ocorrência e granulometria, fator especial de valoração deste mineral. Desde a década de 1970, ocorrências de grafita haviam sido relatadas na área, porém não havia informações sobre a localização destas ocorrências. Os resultados do estudo foram publicados no Informe Técnico da CPRM número 16 e está disponível para consulta no portal GeoSGB.

A ocorrência mineral está hospedada em rochas migmatíticas paraderivadas do Complexo Nova Mamoré, com idade de sedimentação máxima de 1480 Ma e idade de deformação de 1320 Ma, relacionada à orogenia Candeias, no contexto da província Rondônia-São Ignácio. Por se tratar de um mineral estratégico, a descoberta contribui para fomentar a exploração mineral na região, conforme explica o pesquisador da CPRM Gustavo Negrello Bergami, um dos autores do Informe Técnico. “Atualmente o Brasil é o terceiro maior produtor global de grafita, atrás da China e Índia, e esta ocorrência poderá contribuir para a manutenção deste posto a partir da realização de novos estudos para definir possível potencial econômico da descoberta. É um exemplo da importância dos projetos de mapeamento sistemático de áreas desconhecidas no território brasileiro e de que ainda existem muitos recursos não descobertos que podem ser encontrados através da geologia básica”, destacou.

A grafita é um mineral com propriedades físicas únicas, como excelentes condutividades térmica e elétrica, propriedades lubrificantes excelentes, especialmente a altas temperaturas e pressões, além de ótima resistência à abrasão. Devido a estas qualidades, possui mais de 200 usos na indústria e é utilizada principalmente na confecção de materiais refratários para a indústria metalúrgica.

No entanto, é devido à sua aplicação em compostos para baterias, que a demanda por grafita tem aumentado, predominantemente no caso dos veículos elétricos. Embora a China seja a principal exportadora de grafita no mundo, o avanço da indústria de fabricação de carros elétricos neste país, pode

fazer com que em breve torne-se um importador deste material, o que aumentará ainda mais a demanda global.

Para saber mais sobre o estudo, acesse o link: [Descrição de ocorrências de grafita no Complexo Nova Mamoré, Nova Mamoré, noroeste do Estado de Rondônia.](#)

Fonte: CPRM

Autora: Janis Morais

Data: 02/10/2019



ECONOMIA CIRCULAR É OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO TAMBÉM PARA MINERADORAS

A indústria da mineração vê a transição para a economia circular também como uma oportunidade de negócio para o próprio setor. A princípio, embora a reutilização de produtos, que são fabricados a partir de minérios, possa representar um inibidor da atividade de produção de minérios, a visão do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) vai no sentido contrário.

Segundo o diretor-presidente do Instituto, Flávio Penido, “esse modelo contribui para que o aumento da competitividade empresarial seja alcançado de forma sustentável, por meio do uso racional dos recursos naturais e do desenvolvimento de novas cadeias produtivas, com geração de emprego e renda”.

Para ele, “a transição para a economia circular requer investimentos para que as empresas, sejam mineradoras ou de outros setores, possam adquirir tecnologias e desenvolver processos que conduzam suas atividades para um modelo circular, além da discussão e implantação de políticas públicas específicas”.

Flávio Penido participou na manhã desta 4ª feira (16/10) da solenidade de abertura do ‘Seminário Mineração Urbana e Economia Circular na Mineração’, organizado no Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília.

A economia circular representará importante e crescente papel na realidade futura da mineração, acredita. “No mundo inteiro, o crescimento populacional e o conseqüente aumento da procura por produtos manufaturados exigem, cada vez mais, a criação de estratégias para o uso eficiente dos recursos naturais. Diante dessa realidade, o setor mineral investe em novos modelos de negócio, na utilização cíclica de produtos e materiais e no redesenho de processos e produtos”, afirma.

Também participaram da solenidade, representantes dos ministérios de Minas e Energia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; do Centro de Tecnologia Mineral; do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, entre outras organizações públicas e privadas.

O evento tem o apoio do IBRAM, entre outras organizações. Também estavam presentes à mesa de abertura a secretária executiva do MME, Marisete Pereira, representando o titular da Pasta, Almirante Bento Albuquerque; o secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Paulo Cesar Rezende; o diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da SGM/MME, Enir Sebastião Mendes; o diretor do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Fernando Antonio de Freitas Lins; e a diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Cecília Leite Oliveira.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 16/10/2019

GOVERNO DECIDE RETOMAR MINERAÇÃO DE URÂNIO E AMPLIAR PROGRAMA NUCLEAR

Diante das restrições de Orçamento, ideia é firmar parcerias com iniciativa privada para explorar o mineral em áreas nas quais ele não é majoritário, para não alterar a Constituição

Após cinco anos, o governo pretende retomar a mineração de urânio em território nacional como estratégia para ampliar o programa nuclear brasileiro. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ao Estado que esse não é apenas um desejo do governo, mas uma decisão política que será adotada. A expectativa é iniciar os trabalhos na mina do Engenho, em Caetité, na Bahia, até o fim deste ano.

A exploração será feita unicamente pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), mas a ideia do governo, diante das restrições do Orçamento para realizar investimentos, é firmar parcerias com a iniciativa privada para explorar o potencial de urânio em território nacional.

Com apenas um terço do território prospectado, o Brasil tem hoje a sétima maior reserva geológica de urânio do mundo – atrás de Austrália, Cazaquistão, Canadá, Rússia, África do Sul e Nigéria. O urânio é matéria-prima para o combustível utilizado em usinas nucleares, e sua exploração é monopólio constitucional da União. Hoje, apenas a estatal INB pode atuar na área.

Mas o governo avalia que é possível firmar parcerias em casos específicos, particularmente quando a presença de urânio é minoritária em uma reserva. É o caso da mina de Santa Quitéria, no Ceará, em que há 90% de fosfato e 10% de urânio. Por isso, a INB formou o consórcio com o Grupo Galvani, que deve começar a operar até o início de 2024, de acordo com o presidente da INB, Carlos Freire. Para o ministro, esse será o primeiro passo para a formação de outras parcerias.

“Existem algumas alternativas sem necessidade de alteração da Constituição para que essa atividade minerária possa ser feita pela INB e uma outra empresa de capital privado. No que diz respeito ao urânio, a INB seria majoritária. Na exploração, não tem só urânio, pode ter outro mineral e normalmente tem”, afirmou o ministro Albuquerque.

Urânio no Brasil

País é dono da 7ª maior reserva do mundo



Mudança

Para o ministro, porém, é possível avançar. Ele defende a quebra do monopólio da União na exploração de urânio e até a exploração de usinas nucleares pelo setor privado. Para isso, no entanto, seria preciso aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no Congresso – com apoio de três quintos dos deputados e senadores, em dois turnos de votação em cada casa legislativa.

“Segurança existe. Operamos usinas nucleares há mais de 40 anos. Não existe problema com o setor privado. Qual a diferença do setor privado e do setor estatal? Nenhuma, desde que se tenha condições de controlar e fiscalizar. Essa discussão é coisa do passado e, se for hoje para o Congresso, não vai haver esse tipo de resistência. Essa é a minha opinião pessoal, até pelo convívio que tenho com o Congresso e diversos parlamentares”, disse.

Empresas estrangeiras de países como China, Estados Unidos, França, Japão, Coreia do Sul e Rússia já manifestaram interesse em explorar urânio no País, segundo a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier.

Segundo Martha, isso ficou claro em rodadas sobre a retomada das obras de Angra 3 – quando o governo encontrou o setor e apresentou estudos e informações preliminares para testar alternativas com o setor privado.

“Testamos alguns modelos para ver a reação dos investidores potenciais e tentar montar algo mais atrativo. O que tem aparecido nas conversas é o interesse do investidor de não vir só para Angra 3, mas muito mais voltado numa agenda de continuidade do programa nuclear brasileiro, e um interesse em toda a cadeia produtiva, em não estar só na usina, mas também na exploração do urânio”, disse ela.

Usinas

O Brasil tem hoje duas usinas nucleares em operação – Angra 1 e Angra 2. Angra 3, com 67% das obras concluídas, foi paralisada em 2015, quando investigações da Operação Lava Jato descobriram um esquema de desvio de recursos por parte das empreiteiras. Agora, a usina precisa de R\$ 16 bilhões para ser concluída e, para isso, o governo também estuda uma parceria com o setor privado.

“Temos um limitador constitucional em relação à atividade nuclear no Brasil. No caso de Angra 3, não seria um controlador, mas um minoritário. Para ser atrativo para o minoritário, estamos considerando que ele tenha de fato 49% das ações ou um número relevante”, disse.

A ideia, segundo a secretária especial do PPI, é publicar o edital para a escolha de um parceiro privado para Angra 3 no primeiro semestre de 2020 e retomar as obras da usina no segundo semestre do ano que vem.

Dessa vez, porém, o governo fará restrições no edital e vai exigir empresas com experiência na área – empreiteiras, por exemplo, serão vetadas. “O governo só tem praticamente feito sondagens de mercado com empresas exploradoras de atividade nuclear. Isso já é uma sinalização de que o edital vai exigir esse nível de experiência para participar da parceria”, disse.

Fonte: Estadão

Autora: Anne Warth

Data: 07/10/2019



FISCALIZAÇÃO DO SETOR DE MINERAÇÃO SOFRE COM SUCATEAMENTO E FALTA DE PESSOAL

Minas Gerais conta com apenas 3 funcionários para fiscalizar o pagamento de tributo devido por mineradoras para compensar impactos de suas atividades. São Paulo nem sequer conta com fiscais

O número de servidores da Agência Nacional de Mineração (ANM) vem caindo desde 2010, quando houve o último concurso para preenchimento de vagas. Em 2014, quando a agência tinha 1.022 vagas ocupadas, metade da sua capacidade, uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) já apontava que "o órgão estava na iminência de um colapso administrativo". Cinco anos depois, o número de servidores do principal órgão de fiscalização mineral do país caiu para 900.

A falta de pessoal atinge departamentos de fiscalização como a Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios (Dipar), responsável por analisar e arrecadar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), tributo devido por empresas do setor.

Os principais estados mineradores do Brasil, Minas Gerais e Pará, têm apenas três e quatro fiscais cada um, respectivamente. Em quarto lugar no ranking de estados em volume de produção mineradora, São Paulo não tem fiscalização externa para cobrança de CFEM desde 2014, por causa da falta de servidores.

Em ofício encaminhado para a CGU em dezembro do ano passado, a Superintendência da ANM em Minas Gerais explica que o efetivo atual para fiscalização é sete vezes menor do que o mínimo necessário para cumprir a demanda do estado.

"Não há pessoal suficiente para as atividades de fiscalização e cobrança de CFEM nem para as demais receitas. Atualmente, quatro servidores atuam na área de CFEM, sendo que três têm competência de fiscalização e cobrança, e um somente para análises processuais de menor complexidade. Estimamos que a ANM/MG necessita de pelo menos 21 servidores para atuar na fiscalização e cobrança", diz o ofício.

Citados em um processo que foi ao plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) em fevereiro deste ano, documentos da área técnica do tribunal expuseram a necessidade de "acréscimo imediato de 30% do efetivo e a contratação de 6% ao ano para suprir a demanda prevista no Plano Nacional de Mineração, que estima a duplicação de produção do setor em 15 anos".

Compensação de impactos da mineração

A maior parte da CFEM é repassada aos municípios que têm produção mineral (60%) e afetados de alguma maneira pelo setor (15%), como cidades onde há linhas férreas construídas para escoamento de minério.

Por isso, a arrecadação falha afeta principalmente os locais que deveriam se preparar para compensar os impactos ambientais e sociais da atividade mineradora, explica o professor doutor pela Universidade de Heidelberg, Klemens Laschefski, que há mais de 20 anos leciona sobre projetos ambientais relacionados ao setor de mineração na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O pesquisador alemão também faz um alerta aos gestores municipais sobre o uso desse dinheiro: "A atividade mineradora é finita, então os municípios devem receber a compensação pela exploração para se preparar para esse fim", afirma.

"Infelizmente a fiscalização é praticamente inexistente. Também é preciso que as prefeituras gastem melhor quando há o repasse. O que acontece hoje é que a CFEM é usada para despesas normais, então, quando a mineração acaba, a cidade fica sem estrutura para substituir a dependência da exploração", acrescenta.

Um exemplo citado por Laschefski é a cidade mineira de Mariana, onde prefeito e outras autoridades pedem o retorno da mineração mesmo após o desastre ambiental de 2015.

"Não houve reparação do dano causado e ainda se descobriu posteriormente que a lama da Samarco era tóxica, mas as autoridades querem que a empresa volte a operar simplesmente porque não há qualquer opção ou estrutura para fazer a cidade funcionar sem essa atividade econômica", afirma o professor.

Autorregulação, sonegação e lavagem de dinheiro

A ANM utiliza um sistema chamado Cadastro Mineiro, que reúne informações sobre os processos minerários. No entanto, com a falta de servidores para fiscalização externa, na maioria dos casos a própria empresa mineradora preenche espontaneamente os dados de produção, que depois são usados para o cálculo da CFEM. Mas auditorias da CGU realizadas em superintendências regionais mostram que há falhas no sistema.

"Há dificuldade de se entregar notificações de cobrança aos mineradores pelo fato de que, por muitas vezes, o endereço existente no cadastro mineiro não corresponde ao endereço correto ou encontra-se incompleto", informa auditoria na ANM em Minas Gerais, publicada em julho de 2019.

No escritório do Pará, os técnicos da CGU verificaram que muitas empresas informam os dados de forma incorreta, reduzindo o volume de produção mineral para pagar menos CFEM. Em alguns casos, o valor real devido chega a ser o dobro do informado.

"Especificamente quanto à Gerência Regional da ANM no Estado do Pará, verificou-se que a fiscalização da CFEM vem identificando diferenças significativas, com apuração de débitos superiores a 100% da CFEM recolhida espontaneamente pelos mineradores", expõe o relatório da auditoria sobre a ANM/PA, publicado em setembro deste ano.

O processo do TCU sobre a falta de controle indica casos de lavagem de dinheiro, citando operações da Polícia Federal, que encontraram pagamentos de propina a políticos, e a suspeição de sonegação fiscal.

Para Waldir Salvador, consultor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Econômico da Associação dos Municípios Mineradores de MG e do Brasil (Amig), casos assim poderiam ser evitados com fiscalização in loco e de forma frequente.

Em dezembro de 2017, a legislação passou a prever a possibilidade de administrações municipais ajudarem na fiscalização da CFEM, mas a medida ainda não foi regulamentada pela ANM. Esse atraso na elaboração de um manual de fiscalização também aparece nas auditorias da CGU sobre as superintendências regionais.

"Há casos de estados que simplesmente não têm fiscais. Mesmo em Minas Gerais, temos empresas que beneficiam bilhões em mineração e simplesmente ficam até 15 anos sem uma fiscalização no local. Isso poderia melhorar com a ajuda dos municípios, mas tudo depende do manual de fiscalização, pois os técnicos municipais precisam de orientação sobre o que fazer. Já vamos completar dois anos da mudança da lei e ainda não avançamos nessa questão", afirma Salvador, que é ex-presidente da Amig e ex-prefeito de Itabirito, município de Minas Gerais que possui atividade mineradora.

Dólar e cotação do minério de ferro mascaram fiscalização falha

A lei citada por Salvador é a 13.540, sancionada pelo então presidente Michel Temer no dia 18 de dezembro de 2017. Seu texto modifica as alíquotas a serem aplicadas na cobrança da CFEM, de 3% do valor líquido da produção para uma variação entre 1% e 3,5% da receita bruta de acordo com a substância mineral. O minério de ferro, hoje responsável por mais de 60% da arrecadação de tributos do setor no país, ficou com cobrança de 3,5%, e isso puxou a arrecadação para cima.

A desvalorização do real frente ao dólar, moeda utilizada para o cálculo do valor de commodities, e o aumento do preço do minério de ferro após o desastre de Brumadinho empurraram ainda mais o total de CFEM arrecadado para recordes históricos em 2018 e 2019, mesmo com uma fiscalização cada vez mais precária por causa da falta de servidores.

"Commodities têm preço dolarizado, então, quando o dólar aumenta frente ao real, isso é sentido no comércio do setor mineral", explica Pedro Galdi, analista da consultora financeira Asset Mirae, que tem empresas do ramo de mineração como clientes.

"Outro fator relevante este ano foi o desastre de Brumadinho. Além da tragédia humana que vitimou centenas de pessoas, houve uma perda 30 milhões de toneladas de ferro que deixaram de ser produzidas anualmente. Isso impactou o mercado internacional. A tonelada de ferro que estava em cerca de 60 dólares no começo do ano chegou a custar 120 dólares. Atualmente, está em pouco mais de 90 dólares."

A mudança na alíquota da CFEM aliada ao dólar alto e ao aumento da cotação do minério de ferro podem fazer a arrecadação do tributo superar 4 bilhões de reais em 2019, prevê Salvador. De acordo com a legislação, 7% desse total, ou 280 milhões de reais, pertencem à ANM. Mas o governo usa o dinheiro para outros fins. Em 2018 o orçamento para o órgão ficou em torno de 50 milhões de reais, e a previsão orçamentária para 2020 é de 70 milhões de reais.

Salvador defende que a ANM tenha direito a mais recursos, pois assim poderia fiscalizar e arrecadar ainda mais tributos. "Várias auditorias realizadas já deixaram claro que se a fiscalização melhorar a arrecadação pode ser bem maior. Então, se a agência tiver mais recursos, ela vai dar retorno à sociedade. O governo não pode mais deixar a fiscalização do setor mineral em segundo plano", diz o consultor da Amig, associação que reúne 40 municípios brasileiros que representam mais de 90% da produção mineral do país.

Fonte: DW

Autor: Hyury Potter

Data: 17/10/2019



ACORDO ENTRE MPF E UNIÃO PREVÊ R\$ 42 MILHÕES PARA FISCALIZAR BARRAGENS

O Ministério Público Federal (MPF) e a União chegaram a um acordo nesta quinta-feira (10) para que R\$ 42,7 milhões sejam destinados a um programa de fiscalização de barragens de rejeitos de mineração em todo o país. A Justiça Federal já deu seu aval e homologou os termos pactuados, que incluem a contratação de servidores e a aquisição de equipamentos. As atividades deverão ser planejadas e executadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) entre 2019 e 2021.

As inspeções começarão por Minas Gerais, que terá prioridade levando em conta o histórico recente de tragédias. Em novembro de 2015, o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco

deixou 19 mortos em Mariana, destruiu comunidades e causou poluição ambiental em diversos municípios da Bacia do Rio Doce. Já em janeiro deste ano, mais de 250 pessoas morreram após uma estrutura de Vale romper-se em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Conforme dados da ANM, o estado de Minas Gerais concentra 51,5% das barragens de mineração do país. São 219 de um total de 425 estruturas enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens, que foi estabelecida pela Lei Federal 12.334/2010. Desde a tragédia de Brumadinho, a Vale paralisou as operações em dezenas de estruturas sediadas em municípios mineiros. Outras mineradoras, como a Arcelor Mittal e a Emicon, também têm barragens com atividades suspensas.

O acordo de hoje foi selado dentro do julgamento de uma ação civil pública movida em abril deste ano, pouco mais de dois meses após a tragédia de Brumadinho. O MPF pedia à Justiça Federal que a União e a ANM fossem obrigadas a realizar inspeções em todas as barragens de mineração consideradas inseguras ou com segurança inconclusiva. Além disso, cobrava um plano de reestruturação da atividade fiscalizatória.

Os R\$ 42,7 milhões destinados às inspeções serão adicionais, não podendo ser subtraídos do orçamento da ANM. Os recursos virão dos ministérios de Minas e Energia e da Economia. Além disso, a União comprometeu-se a encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei para garantir à ANM incremento de R\$ 7 milhões em seu orçamento de 2019, verba que deverá ser aplicada no reforço das ações de fiscalização.

O acordo também prevê a contratação de uma assessoria técnica especializada na fiscalização de barragens para auxiliar nos trabalhos e na compra dos equipamentos necessários. Está prevista a compra de veículos, drones, notebooks, licenças de softwares modernos da área de geotecnia e outros equipamentos.

Ficou acordada também a realização de concurso público para contratação de 40 servidores públicos efetivos para a ANM, sendo 20 no próximo ano e mais 20 em 2021. De acordo com o MPF, a Agência Nacional de Mineração, criada em 2017 em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinha sendo submetida a um constante sucateamento estrutural, impactando seu funcionamento. "Nos últimos anos, a União realizou diversos concursos públicos para vários cargos em diversos órgãos, mas nenhum para o DNPM, nem posteriormente para a ANM", diz o MPF.

Outro ponto pactuado diz respeito ao treinamento e aperfeiçoamento do corpo técnico da ANM. Os servidores contarão com apoio para fazer cursos de pós-graduação e de capacitação, inclusive no exterior: foram listados cursos de comissionamento de barragens no Canadá, de monitoramento no Chile e de aproveitamento de rejeitos na Austrália.

Falta de recursos

A falta de recursos humanos e financeiros no extinto DNPM já havia chamado a atenção da Controladoria-Geral da União (CGU). "A projeção de aposentadorias para os cinco próximos anos equivale a 52% do quadro de pessoal efetivo em 2017. A expectativa, se não for revertida, pode tornar inviável a atuação da entidade sobre a atividade minerária do país", diz um relatório publicado em 2018, que trazia os resultados da análise do exercício de 2017. O documento também registra que a falta de verba poderia colocar em risco o cumprimento de metas estabelecidas.

As preocupações não eram novas e já apareciam em outro relatório, elaborado pela CGU três anos antes, que avaliava o exercício de 2014. O documento foi publicado em 2015, mesmo ano da tragédia de Mariana, e destaca que um terço dos servidores reunia as condições para a aposentadoria, havendo assim risco de colapso administrativo a partir de 2016. Para que a autarquia possa atender as expectativas do setor mineral do país, é necessária a recomposição de seu quadro de pessoal para o cumprimento de suas competências institucionais, dizia o relatório.

O último concurso no DNPM foi em 2010. A CGU constata que, de 2009 a 2013, houve aumento de 24,9% na força de trabalho do órgão, o que seria insuficiente para acompanhar a crescente demanda de trabalho. No mesmo período, o número de processos de mineração cresceu 94,18%.

O próprio DNPM fez um alerta no seu relatório de gestão do exercício de 2015, publicado em março de 2016. "Ao observar os indicadores apresentados, conclui-se que um órgão de mais de 80 anos, que realizou apenas dois concursos públicos, com evasão de 20% da mão de obra contratada para a carreira em formação, e 36% de sua força de trabalho com abono de permanência, somado ao baixo investimento na capacitação, está em vias de um colapso", registra o documento.

Os alertas não foram levados em conta. Dias após a tragédia de Brumadinho, a ANM informou publicamente que tinha apenas 35 fiscais para vistoriar as barragens no país.

Grau de risco

O cronograma de fiscalizações deverá ser elaborado a partir da divisão das barragens em três grupos conforme o grau de risco. No primeiro grupo, cuja inspeção deverá ser prioritária, estão as estruturas situadas em Minas Gerais que não disponham da declaração de condição de estabilidade dentro da validade ou que não foram consideradas estáveis. A ANM deverá vistoriá-las em até seis meses. O prazo começa a contar 30 dias após a homologação do acordo.

O segundo grupo é formado pelas barragens situadas em Minas Gerais que, embora estejam regulares e com a declaração de condição de estabilidade em dia, são classificadas pelo alto dano potencial associado (DPA). Em outras palavras, são estruturas que causariam grande impacto em um hipotético caso de ruptura. Nesse caso, o prazo para a vistoria é de 10 meses contados 90 dias após a homologação do acordo.

As últimas barragens vistoriadas serão as que se situam nos demais estados do país e que estão com a declaração de condição de estabilidade dentro da validade ou que não foram consideradas estáveis. Para o terceiro grupo, o prazo é de 14 meses contados 180 dias após a homologação do acordo.

Fonte: EBC - Agência Brasil

Autor: Léo Rodrigues

Data: 10/10/2019



VALE RETOMA PRODUÇÃO, MAS AINDA EXTRAÍ 17% MENOS DO QUE HÁ UM ANO

No terceiro trimestre, mineradora extraiu 86,7 milhões de toneladas de minério de ferro, com alta de 35,4% em relação ao trimestre anterior, mas ainda longe do que produzia há um ano; Sistema Norte cresceu 33%

A produção de minério de ferro da Vale no terceiro trimestre alcançou 86,7 milhões de toneladas, queda de 17,4% em relação ao mesmo trimestre de 2018 e alta de 35,4% na comparação com o trimestre imediatamente anterior. A mineradora atribuiu a melhora na margem ao "progresso contínuo na retomada de operações nos Sistemas Sul e Sudeste e, também, do forte desempenho operacional e da normalização dos embarques no Sistema Norte".

Segundo o relatório de produção divulgado nesta segunda, 14, a retomada das operações de Brucutu e o retorno parcial das operações de processamento a seco no Complexo de Vargem Grande, anunciados em junho e julho, respectivamente, contribuíram para o resultado. As operações foram

paralisadas após o rompimento da barragem de Brumadinho, em janeiro, e em decorrência de decisões da Agência Nacional de Mineração (ANM).

No documento, a Vale reafirmou que espera retomar a produção remanescente de aproximadamente 50 milhões de toneladas de minério até o fim de 2021, uma vez que diversos marcos foram alcançados e outros estão em andamento, incluindo a aprovação de testes de gatilho na mina para retomar as operações de processamento a seco e a autorização de testes de gatilho no TFA (Terminal Ferroviário de Andaime), segundo a companhia um passo importante para desengargalar a logística do Complexo de Vargem Grande.

A Vale afirma que o Sistema Norte mostrou forte desempenho operacional com um volume de produção de 55,4 milhões de toneladas no trimestre, ficando 33,3% maior do que no segundo trimestre deste ano e 2,7% maior do que no igual período de 2018. O resultado inclui a produção recorde de 20,4 milhões de toneladas no projeto S11D, em consequência de seu ramp-up bem-sucedido. Em 2020 a Vale espera produzir 90 milhões de toneladas de minério de ferro em S11D.

No trimestre, a empresa disse que o teor de ferro do portfólio de produtos alcançou 64,7%; o de alumina, 1,2%; e o de sílica, 3,1%.

Previsão

No terceiro trimestre o volume de vendas de finos de minério de ferro e de pelotas totalizou 85,1 milhões de toneladas. As vendas de minério de ferro somaram 74.039 milhões de toneladas, queda de 11,8% ante o mesmo trimestre do ano passado e crescimento de 19,5% na comparação com o segundo trimestre. Já as vendas de pelotas ficaram em 11.077 milhões de toneladas no período, com recuo de 22,3% em relação a um ano antes e alta de 25,3% na margem.

No relatório, a Vale reafirmou seu guidance de vendas de minério de ferro e pelotas de 307 milhões de toneladas a 332 milhões de toneladas para 2019, com expectativa de que as vendas se situem próximas ao centro da faixa. Em setembro, a Vale revisou seu guidance (previsão) de produção de pelotas no ano de 45 milhões de toneladas para 43 milhões de toneladas, o que não alterou a projeção para as vendas.

Venda

A mineradora também informou que sua subsidiária Vale Canada Limited (VCL) assinou acordo com a Sumitomo Metal Mining e a estatal da Indonésia Inalum sobre a venda da mineradora de níquel PT Vale Indonésia.

Pelo acordo, exigido em aditivo contratual de 2014 com o governo da Indonésia, a Vale Canada e a Sumitomo concordaram em vender 20% de participação, enquanto a Inalum, que supervisiona investimentos estatais em mineração, irá adquirir essa fatia.

Após a transação, a Vale Canada e a Sumitomo passarão a deter em conjunto aproximadamente 59% das ações da PT Vale Indonésia. Atualmente, elas detêm 58,7% e 20,1% das ações, respectivamente.

Fonte: Estadão

Autora: Mariana Durão

Data: 14/10/2019



CGU AFIRMA QUE HÁ FALHA EM FISCALIZAÇÃO DE ROYALTIES DE MINERAÇÃO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu da Controladoria-Geral da União (CGU) um alerta sobre falhas no recolhimento de royalties de mineração no país. Os problemas observados, que incluem um apagão na fiscalização e erros de cálculos, podem estar tirando receitas de governo federal, estados e municípios.

As falhas foram apresentadas há cerca de um mês pelo ministro Wagner Rosário (CGU) e sua equipe de técnicos a Guedes e a outros integrantes da pasta da Economia. A CGU identificou em sua auditoria uma série de problemas principalmente na fiscalização, de responsabilidade da Agência Nacional de Mineração (ANM).

O estudo é baseado em 11 estados. Em São Paulo, por exemplo, o levantamento afirma que não houve inspeções entre 2014 e 2018 para verificar os pagamentos. A perda de arrecadação com royalties pode resultar da falta de controle nas inspeções realizadas in loco para checar se os dados informados pelas empresas estão corretos.

Após a reunião, foi decidido que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais de Fazenda, vai firmar um convênio de cooperação para fornecer dados à ANM com objetivo de simplificar o processo de fiscalização.

Os royalties da mineração são pagos pelas mineradoras ao governo por meio da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), que é calculada com base na venda da produção e do tipo de minério explorado.

A correção das falhas poderia elevar a arrecadação no país, na visão da CGU. Em 2018, o Brasil obteve R\$ 3 bilhões em royalties da mineração.

Os pagamentos são dominados pela Vale, que foi responsável por R\$ 1,8 bilhão em Cfem em 2018 e R\$ 2 bilhões em 2019 (até setembro).

Um aprimoramento beneficiaria sobretudo estados e municípios, que recebem quase 90% dos recursos.

Grande parte deles está em dificuldade financeira, como é o caso de Minas Gerais (maior produtor mineral do país). O estado busca firmar com o governo federal um acordo para suspender dívidas em troca de medidas de austeridade.

Para tentar reduzir os problemas, a ANM chegou a fazer acordos nos últimos anos com municípios para fiscalizar empresas. Prejudicada pela falta de equipes, a medida perdeu efetividade. Houve problemas de monitoramento também em outros estados, como em Minas Gerais.

Os técnicos da CGU observam a inexistência de procedimentos mais rígidos para verificar os débitos. Segundo o levantamento, há 3.000 processos acumulados de revisão de cálculo da CFEM nas gavetas do órgão somente em São Paulo.

A auditoria também viu falta de comunicação entre os sistemas e até mesmo possibilidade de erros de cálculos da CFEM pelo sistema de arrecadação.

A Controladoria também aponta "elevados riscos de prescrição de cobrança" e fragilidades para a inscrição dos débitos eventualmente identificados na dívida ativa da União ou para o acionamento da Justiça.

Entre as recomendações feitas pela CGU está a de que o governo priorize a análise das dívidas com maior risco de prescrição.

Além disso, o órgão sugeriu à ANM justamente um aperfeiçoamento da troca de informações com órgãos regionais (como secretarias de Fazenda).

Procurada, a ANM afirma que as falhas existem por causa do baixo número de servidores do órgão. "São 40 no Brasil inteiro para fiscalizar todas as empresas do país, desde um areal até as maiores do mundo. A estrutura da arrecadação dentro da ANM é muito precária para o tamanho do setor minerário nacional", afirma a autarquia em nota.

Outro obstáculo mencionado pela ANM é a dificuldade de ter acesso a dados fiscais. "Existe um convênio da ANM com a Receita Federal, mas os dados ainda não chegam na velocidade que a ANM precisa", afirma.

Em abril deste ano, a ANM publicou uma portaria para que a fiscalização seja priorizada com base em critérios como o valor das operações, o risco de prescrição e o índice de inadimplência.

Hoje, as informações sobre o pagamento de royalties dependem sobretudo das próprias empresas. As companhias entram no site da ANM, preenchem o formulário com os valores de operação e de tributos dedutíveis. O cálculo é feito pelo sistema, que emite a cobrança a ser paga. O valor vai para conta do Tesouro Nacional, e a ANM distribui aos estados e municípios que têm direito ao benefício.

A ANM afirma que as falhas existem desde o modelo anterior da autarquia, que até 2017 tinha o nome de DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), e reconhece o impacto dos problemas para as receitas públicas. "É uma consequência. Quando a fiscalização é falha, arrecada-se menos e distribui-se menos para municípios e estados", afirma na nota.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 14/10/2019



LARGO ANUNCIA PRODUÇÃO DE 2,9 TONELADAS DE VANÁDIO NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2019

A Largo Resources anunciou nesta terça-feira (15) os resultados da produção do terceiro trimestre de 2019 de sua mina Maracás Menchen, na Bahia, com destaque para o novo recorde trimestral de produção de 2.952 toneladas de pentóxido de vanádio (V₂O₅) produzido a uma taxa média global de recuperação de 78,1%.

Além disso, a companhia reduziu seu custo operacional anual de caixa em 2019, excluindo royalties, para a faixa de US\$ 3,30 a US\$ 3,40 por libra de V₂O₅.

A produção total da mina de Maracás Menchen no terceiro trimestre de 2019 representa aumento de 17% em relação ao segundo trimestre do ano e um crescimento de 15% em relação ao terceiro trimestre de 2018.

Segundo a Largo, a produção de julho, de 1.042 toneladas, foi novo recorde mensal para a companhia. O aumento da produção no mês foi consequência do início do segundo desamonizador (equipamento para retirada de amônia de uma solução) como parte do projeto de expansão.

A produção de 975 toneladas de V2O5 em agosto ficou um pouco acima do orçamento e foi alinhada com o cronograma de aceleração do projeto de expansão. A produção de 935 toneladas de V2O5 em setembro foi impactada pela disponibilidade da área de lixiviação.

A empresa informou ainda que no terceiro trimestre foram extraídas 267.257 toneladas de minério com um teor V2O5 efetivo de 1,52% e a unidade de britagem foi alimentada com 329.024 toneladas com um teor V2O5 efetivo de 1,15%. Os teores mais baixos observados na alimentação de britagem devem-se principalmente ao processamento de estoques de minério resistidos de teor inferior acumulados durante os primeiros anos de operação.

No comunicado, a companhia informou também que no terceiro trimestre deste ano produziu 92.629 toneladas de minério concentrado com um teor V2O5 efetivo de 3,26% em comparação com 88.075 toneladas produzidas no terceiro trimestre de 2018 com um teor de 3,30%.

As taxas globais de recuperação de V2O5 foram em média 78,1% no terceiro trimestre de 2019, comparadas a 79,1% no segundo trimestre do ano e 77,1% no terceiro trimestre de 2018. As taxas globais de recuperação de V2O5 caíram ligeiramente em relação ao trimestre anterior principalmente como resultado do processamento de estoques de minério de baixa qualidade e alguma variabilidade do processo durante a fase de aceleração da expansão.

A Largo afirmou esperar que as taxas globais de recuperação de V2O5 tenham uma média de aproximadamente 79,0% no quarto trimestre.

A empresa declarou ainda que seu projeto de expansão está nos estágios finais de comissionamento após a entrada em operação do novo moinho de bolas em setembro e que espera atingir a nova capacidade de 1.000 toneladas de V2O5 em outubro.

Custo

A companhia informou também que reduziu sua faixa de meta operacional anual média de caixa em 2019, excluindo royalties do intervalo de US\$ 3,45 – 3,65 para o intervalo de US\$ 3,30 – US\$ 3,40, “refletindo o desempenho do custo operacional de caixa durante o primeiro semestre de 2019 e o impacto positivo esperado no câmbio para o balanço do ano”.

Além disso, a companhia produziu 7.566 toneladas de V2O5 no acumulado do ano e continua a manter sua faixa de meta anual da produção de 10.000 a 11.000 toneladas de V2O5 para 2019.

O presidente e diretor-executivo da Largo, Paulo Misk, ressaltou que a operação na mina de Maracás Menchen continua a produzir “fortes resultados no terceiro trimestre de 2019, após o aumento da produção como resultado do projeto de expansão”.

“A administração está muito confiante de que sua faixa de meta de custo caixa recém-atualizada para o ano será alcançada em 2019. A Largo continua sendo um dos produtores de V2O5 de menor custo do mundo, resultado direto de nosso ativo de alta qualidade, combinado com uma equipe de operações focada apenas na excelência operacional. Continuamos focados em maximizar a criação de valor orgânico na empresa”, concluiu o executivo.

Fonte: CBPM

Data: 17/10/2019

A LEGALIDADE DO ILEGAL

Quem tiver a oportunidade de percorrer algumas áreas da Amazônia, certamente ficará impressionado com a quantidade de operações ilegais de extração mineral espalhadas pela região. A ilegalidade que nos referimos se manifesta de várias maneiras: por falta de titularidade dos direitos minerários, pela ausência de licenças ambientais, por estar a atividade sendo realizada em unidades de conservação ambiental onde a atividade é vedada, por estar inserida em reservas indígenas e por aí afora.

O que mais preocupa é que o governo criou um grupo de trabalho com a tarefa de tentar trazer para a legalidade essas operações ilegais. Há uma grande indagação a respeito de como o governo pretende agir para conseguir isso sem desrespeitar direitos adquiridos. Por exemplo: se a extração mineral está sendo realizada em uma área que já é titulada, como ficarão os direitos do titular dessa área? Afinal, o que a lei pressupõe é que se alguém tem direito de pesquisa, está cumprindo os prazos para realizar a pesquisa, realizando investimentos em exploração mineral, tem garantido o direito de requerer a concessão de lavra. A não ser que ele, por livre arbítrio, desista do seu direito sobre a área e, neste caso, ela pode ser colocada em disponibilidade. Portanto, a não ser que a atividade ilegal esteja sendo realizada em uma área não concedida, o governo não poderá legalizá-la.

Esse é um aspecto muito importante porque, se acontecer, a legalização do ilegal poderá representar um forte estímulo para aqueles que atuam na ilegalidade e um grande desestímulo para quem exerce a mineração de forma legal, investindo em exploração mineral, realizando a lavra de forma racional, pagando royalties e impostos, gerando empregos formais etc. Que estímulo terá o empresário formal para continuar investindo na atividade?

Já a extração mineral feita em unidades de conservação onde não se admite a lavra ou em reservas indígenas, deve ser configurada como crime e, portanto, trata-se de combatê-la e não de legalizá-la. O governo promete regulamentar rapidamente a lei que permite a mineração em terras indígenas, que é prevista na Constituição. É preciso lembrar que esse processo tramita há anos no Congresso Nacional e até hoje não se chegou a um consenso. E a regulamentação não pode ser uma forma de “legalizar” a lavra predatória nesses territórios.

Acreditamos que nesse processo há uma grande confusão, porque tem empresários se fazendo passar por garimpeiro ou se autodenominando pequeno minerador, apenas como uma forma de escapar à formalização da sua atividade e o ônus que isso significa. E, pior, contando com o apoio de políticos. Existe a expectativa de que o presidente da República edite uma Medida Provisória regulamentando o garimpo ou o que chamam de mini-mineração.

Mas se o governo pretende trazer esse pessoal para a legalidade, o caminho é obrigá-los a requerer as áreas onde pretendem produzir (se elas estiverem livres), registrar suas empresas, pagar royalties, formalizar os empregos que oferecem, obter suas licenças ambientais, enfim, fazer tudo aquilo que os mineradores formalizados fazem, sejam eles pequenos, médios ou grandes. Caso contrário, não apenas na Amazônia, mas também em outras áreas do País vão proliferar as lavras predatórias, com tudo o que de ruim que elas significam. E o que se verá não será nada legal.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Góes

Data: Setembro 2019

RESÍDUOS DA MINERAÇÃO VIRAM COPRODUTOS

Na busca por soluções sustentáveis, especialmente no que diz respeito ao destino dos resíduos, o setor de mineração tem empreendido esforços em pesquisas multidisciplinares, envolvendo diferentes membros da cadeia produtiva.

Em Ouro Branco, região Central, foi entregue na terça-feira (15), pela Gerdau, a Casa Sustentável. O projeto integra os equipamentos de educação ambiental do Programa Gerdau Germinar. A casa foi construída a partir de coprodutos da operação de mineração da transnacional naquela região.

De acordo com o diretor de Mineração e Matérias-Primas da Gerdau, Wendel Gomes, a tecnologia permitiu o desenvolvimento de diferentes produtos, como blocos, argamassa e piso drenante a partir da pozolana – substância obtida a partir do processamento dos rejeitos estéreis da mineração. A pesquisa foi realizada em parceria com o Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“A preocupação com o que fazer com os rejeitos é muito grande. Há muitos anos isso não era um problema porque os minérios eram muito ricos, então quase não havia rejeitos. Quando a exploração caminha, é natural que a qualidade vá caindo e a geração de rejeito aumente substancialmente. A partir dos desastres de 2015 (em Mariana) e 2018 (em Brumadinho), isso ficou muito mais claro para toda a sociedade. Então as mineradoras e a cadeia produtiva têm buscado soluções em várias frentes. Não existe uma solução única e definitiva. Isso tem que ser feito ao longo do processo, incidindo sobre a cadeia. A transformação do que era rejeito em coproduto é parte desse conjunto”, afirma Gomes.

Protótipo

A casa de 48 metros quadrados e sete cômodos seguiu os pré-requisitos do programa federal “Minha casa, minha vida”. Conduzido pelo arquiteto Gustavo Penna, o projeto aliou design e o melhor aproveitamento dos recursos naturais, valendo-se de tecnologias ecologicamente corretas já existentes como aquecimento solar, biodigestores, tanques de compostagem e captação de água pluvial. A estimativa é de que a construção quando feita em escala chegue a custar 35% mais barato que o modelo convencional.

“Somos mineiros, ou seja, trabalhadores das minas, o problema é não sabermos, até hoje, fazer isso de uma forma que possa ser exemplar. Esse trabalho é voltado para uma ação social, uma casa que seja de baixo custo, usando o rejeito da mineração, mas também tem dignidade, é uma casa que dá prazer em morar. Muitas vezes pensamos que uma casa para pessoas de baixa renda tem que ter uma arquitetura de má qualidade. Isso não é verdade. Conseguimos, com o mesmo rejeito, produzir diferentes artefatos que dão qualidade de vida aos moradores, trouxemos cor para o ambiente. Isso é incluir as pessoas”, avalia Penna.

O projeto foi desenvolvido como um piloto que pode ser replicado pelas indústrias interessadas na tecnologia. O objetivo é criar polos produtivos em torno das operações de minas. A partir de uma planta primária, onde seriam produzidos pozolana, areia e pigmentos, seria criada uma cadeia produtiva local para produzir blocos, pisos, cerâmicas, argamassa, entre outros produtos, capaz de abastecer a região. Dessa forma, analisa o sócio-diretor da Multiplus Engenharia e Consultoria, Marcelo Martins Neto, empresas, empregos e impostos seriam gerados localmente, contribuindo com a diversificação e desenvolvimento econômico regional. Outro efeito positivo seria a diminuição dos impactos ambientais além da diminuição do volume de rejeitos junto à natureza, como outros impactos, como por exemplo, vindo da queima de combustíveis fósseis no transporte de materiais de construção por longos trajetos como é feito atualmente.

Potencial

O potencial do negócio é enorme. Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), de 2017, no Brasil existem 839 barragens de rejeitos registradas, sendo a maioria (66%) de pequeno porte (com volume total de reservatório inferior a 0,5 hm³) e concentradas em Minas Gerais (43,5%). A mineração responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em Minas e 4% do PIB no Brasil.

“Esse projeto mostra a viabilidade econômica de aproveitamento de resíduo. Mas não é de qualquer forma. Muitas iniciativas no passado fracassaram porque não tinham entendido da cadeia produtiva. O grande diferencial desse projeto é que entendemos que temos que produzir insumos para outras indústrias. Não tem como produzir direto dos resíduos blocos, concreto ou cimento. Temos que ter um pré-processamento, uma planta primária – que exige investimento e tecnologia – que vai produzir pozolana, areia e pigmentos, basicamente. Essa planta não deve ser muito grande, deve ser regionalizada, sendo o que chamamos de polo regional de materiais de construção sustentáveis. A partir dela e com incentivos é possível atrair os elos da cadeia secundária como fábricas de cimento, argamassa, blocos, pisos, cerâmicas, entre outras. E, elas, sim, vão produzir para o mercado local. Assim são geradas uma enormidade de oportunidades, empregos, empreendedores locais, diversificando a economia da região”, explica Martins Neto.

A Casa Sustentável será aberta para visita de estudantes e pesquisadores a partir de novembro, no Biocentro Gerdau Germinar. O espaço vai fazer parte dos projetos de educação ambiental realizados no local. O Biocentro atende estudantes especialmente das cidades de atuação da empresa: Congonhas, Ouro Branco, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, Itabirito e Moeda, em visitas guiadas por temas escolhidos de acordo com o conteúdo escolar visto na época da visita. Quem quiser conhecer a iniciativa – que é aberta a interessados de todo o País, podem entrar em contato pelo e-mail fernanda.souza@gerdau.com.br ou pelo telefone (31) 3749-5800

Fonte: Diário do Comércio

Autora: Daniela Maciel

Data: 18/10/2019



ATLANTIC NICKEL INICIA OPERAÇÃO DE BENEFICIAMENTO DA MINA SANTA RITA, NA BAHIA

A Atlantic Nickel, localizada no município de Itagibá (BA), deu início, na terça-feira (15), à operação na planta de beneficiamento da mina Santa Rita. A produção estava paralisada desde maio de 2016, quando, a ainda Mirabela, suspendeu as atividades

De acordo com a mineradora, em pleno funcionamento, a usina processará, por dia, 19 mil toneladas de minério ou cerca de 541 toneladas/mês, números que representam 6,5 milhões de toneladas de minério por ano.

Segundo informações apuradas pela reportagem, atualmente mais de 900 pessoas trabalham direta e indiretamente, mas o número pode aumentar por conta de contratações do Consórcio Santa Rita.

Em agosto, a companhia realizou um desmonte de rochas, atividade que marcou a retomada oficial do empreendimento.

"Hoje (12 de agosto), tivemos o nosso primeiro desmonte de rochas (detonação) após um longo período de trabalho interrompido. Um marco na nossa história. Um marco para a mineração. A retomada das operações acompanha o expansivo mercado mundial do níquel sulfetado. Este é um reinício que nos deixa muito felizes e empolgados. Queremos ser uma mina modelo para o setor e para a nossa região de influência", disse mineradora em nota.

A estimativa da companhia, com a retomada das atividades e com a assinatura do Contrato de Operação Full da mina do Projeto Santa Rita com as empresas R&D, Semep, EMPA, Master Perfurações e Desmontes e Metal, é produzir 61 milhões de toneladas nos próximos anos.

Mudança de nome

Após ser vendida no final do ano passado, a Mirabela recebeu, em maio deste ano, o nome de Atlantic Nickel. Segundo a companhia, a nova marca reflete o alinhamento da empresa com sua estratégia de longo prazo, gerando valor para toda a cadeia produtiva.

A Atlantic Nickel concentra seus investimentos na produção de concentrado de níquel e acredita no aquecimento da demanda internacional pelo minério, incentivada pelo aumento da produção de baterias, veículos elétricos e aço inoxidável. A retomada da operação gera grandes expectativas na economia de Itagibá (BA) e Ipiáú (BA), municípios mais beneficiados com a atuação da mineradora.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 18/10/2019



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO REDUZ NÚMERO DE BARRAGENS INTERDITADAS

A Agência Nacional de Mineração (ANM) informou hoje (16) que reduziu para 38 o número de barragens interditadas no país. De acordo com a agência, das 54 estruturas de rejeitos de mineração autuadas e paralisadas pela ANM na última semana, 14 entregaram com atraso a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE), documento que atesta a segurança da barragem. Com a entrega, as barragens voltaram a ficar aptas a funcionar.

A ANM disse ainda que outra barragem também entregou a documentação fora do prazo, mas não teve sua estabilidade atestada. A barragem de Brumadinho, que antes fazia parte da lista, deixou de fazer parte da contagem.

Atualmente, 421 barragens de mineração estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e estão obrigadas a entregar a documentação atestando a estabilidade. Segundo a agência, 383 barragens tiveram sua estabilidade atestada. Já 23 barragens não atestaram sua estabilidade à ANM e mais 16 estruturas não enviaram suas DCEs até ontem (15), perfazendo um total de 39 barragens. Como a barragem de Brumadinho saiu da contagem, a lista foi atualizada para 38 barragens interditadas.

"A Declaração de Condição de Estabilidade é elaborada pela própria empresa e precisa ser enviado à ANM duas vezes ao ano: nos meses de março e setembro. Na primeira etapa, quem declara a DCE e atesta a estabilidade é o empreendedor. Ele tem a opção de fazer na própria empresa ou contratar uma consultoria externa. Já na segunda entrega, a empresa é obrigada a contratar uma consultoria externa", informou a ANM.

A agência reguladora disse que quando o empreendedor não entrega a documentação, o sistema gera automaticamente uma multa e a barragem é interditada. Minas continua sendo o estado com o maior número de barragens interditadas: 27 no total. Em seguida vem Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Pará, com duas barragens cada, e Rondônia, Santa Catarina e Amapá, cada um com uma estrutura sem estabilidade atestada.

Fonte: EBC - Agência Brasil

Autor: Luciano Nascimento

Data: 16/10/2019



ERO COPPER AUMENTA EM 106% AS RESERVAS

A Ero Copper Corp lançou a estimativa mineral de reservas e recursos de acordo com a Norma 43-101, atualizada em 2019, juntamente com a projeção atualizada da vida útil da mina (LOM), do capital e dos custos operacionais para um plano flexível e em diversas fase, com o intuito de devolver à Usina Caraíba a capacidade original do projeto, de 5,5 milhões de toneladas anuais no Vale do Curaçá (BA).

Entre os destaques está um crescimento de 106% nas reservas minerais provadas e prováveis para aproximadamente 38 milhões de toneladas (contendo 436 mil toneladas de cobre); um aumento de 69% nos recursos minerais medidos e indicados para aproximadamente 72 milhões de toneladas (contendo aproximadamente 894 mil toneladas de cobre); Plano de produção da LOM atualizado, aumentando a produção de cobre em aproximadamente 140 mil toneladas de cobre. O plano prevê uma expansão de baixo custo e em várias etapas da usina para retornar à sua capacidade original de 5,5 milhões de toneladas por ano, com uma estimativa preliminar de investimento de US\$ 63 milhões.

“Estamos muito satisfeitos com a estimativa atualizada de recursos e reservas minerais de 2019. Desde a aquisição das operações no Vale e Curaçá, em 2016, continuamos a crescer significativamente recursos e reservas minerais anualmente. Incluindo o esgotamento das minas, adicionamos mais de 500 mil toneladas de cobre contido à nossa base de recursos medidos e indicados desde 2017. Além disso, nosso plano atualizado da LOM continua a aumentar o perfil da produção de cobre em relação ao ano anterior”, disse o presidente e CEO da Ero Copper, David Strang.

40 anos de operação da Mineração Caraíba

A Mineração Caraíba está completando, neste mês de outubro, 40 anos de operação. A empresa, que até há alguns anos era o único produtor nacional de cobre, começou a operar sua primeira mina em 1979, no distrito de Pilar, município de Jaguarari, em pleno semi-árido do sertão da Bahia.

Fundada pelo empresário conhecido como Baby Pignatari, em 1969 (a empresa também completa 50 anos de fundação), a então Caraíba Metais passou ao controle do BNDS em 1974, que financiou a implantação da unidade metalurgia, em Camaçari (BA) e de uma mina a céu aberto e outra subterrânea em Pilar.

Em 1988, no programa de privatização do governo Sarney, a Caraíba Metais foi transferida para a iniciativa privada e a mineração ficou separada, dando origem à Mineração Caraíba, que também entrou no programa de privatização em 1994.

Com o esgotamento das reservas, a mina a céu aberto encerrou suas atividades e a lavra continuou na mina subterrânea, que havia iniciado operação em 1986 e depois em pequenas cavas a céu aberto. Em

2016, a mina subterrânea de Pilar foi inundada, obrigando a paralisação das atividades de lavra por vários meses. Durante quase todo aquele ano, a empresa desenvolveu esforços para fazer o esgotamento da mina e retomar a produção, em situação financeira extremamente difícil.

Em dezembro de 2016, a canadense Ero Copper assumiu a Mineração Caraíba e negociou as dívidas. Logo em seguida retomou as operações e iniciou um amplo programa de pesquisa no Vale do Curaçá, que levou à implantação da mina de Vermelhos, que hoje contribui com meta da produção de cobre da empresa;

Atualmente, além de continuar com seu programa de exploração mineral na região (com 27 sondas em atividades, equipe de 40 geólogos e investimentos da ordem de US\$20 milhões por ano), a empresa está empenhada num plano de melhoria dos seus processos e aumento da capacidade que envolve investimentos estimados em cerca de US\$330 milhões até 2023.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 17/10/2019



COM GUERRA COMERCIAL, REI DO COBRE MELHORA CONDIÇÕES DE CONTRATO

A maior mineradora de cobre do mundo está oferecendo aos clientes condições mais favoráveis para os contratos de fornecimento em 2020, já que as tensões da guerra comercial afetam o cenário de demanda pelo metal industrial.

Embora a Codelco, que tem sede em Santiago, não tenha planos de mudar os prêmios que cobra nas vendas do metal para a Ásia ou Europa, a empresa pretende ajustar os termos dos contratos para torná-los mais atraentes, disse o diretor comercial Roberto Ecclefield.

“Nosso foco é no fortalecimento do relacionamento com clientes que desejam assinar contratos de três anos, especialmente na Ásia”, disse Ecclefield em entrevista na sede da empresa. “Os clientes gostam muito dessa estratégia, porque procuram estabilidade a longo prazo.”

Os preços do cobre acumulam queda de 12% nos últimos seis meses, diante da desaceleração do crescimento global e da persistente guerra comercial, que ofuscam as perspectivas para o metal usado no setor de construção e fabricação de automóveis. A demanda chinesa por cobre deve aumentar cerca de 1,5% este ano, bem abaixo dos 2,5% esperados no início do ano, disse Ecclefield.

Mas ele insiste que ainda existe demanda. A Codelco assinou quase todos os contratos na Europa para este ano, fechou negociações com seus clientes mais importantes nos EUA e iniciou conversas com clientes asiáticos, disse Ecclefield.

“Seria tolice dizer que a guerra comercial não está afetando o mercado, mas os clientes ainda querem os volumes”, disse Ecclefield.

A Codelco tradicionalmente assina contratos de fornecimento no final do quarto trimestre, sendo que seus prêmios servem como referência para o resto do setor. Mas, este ano, a empresa está repetindo sua estratégia de 2018 de garantir volumes um pouco antes sob condições mais flexíveis. A empresa começou a oferecer contratos de três anos para alguns clientes em 2018 e deseja fazer isso com mais frequência este ano.

Com os preços perto do menor nível em mais de dois anos, o investimento global em projetos novos e existentes foi impactado, afirma a estatal chilena. As mineradoras globais de cobre investiram cerca de US\$ 15 bilhões em 2018, bem abaixo dos US\$ 30 bilhões anuais antes da crise de 2016, de acordo com estimativas da Codelco. Os investimentos este ano provavelmente serão ainda mais baixos, disse Ecclefield.

“Esse nível de investimento só fortalecerá os fundamentos do cobre a longo prazo”, afirmou Ecclefield. “Neste cenário, o crescimento da demanda se torna quase irrelevante.”

Fonte: Bloomberg
Autor: Diana Cheng
Data: 17/10/2019



GOVERNO LICITA PRIMEIRO PROJETO DE MINERAÇÃO

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM, que mantém a sigla de Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia, vai licitar hoje (21) os direitos minerários do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis, no estado do Tocantins.

Este é o primeiro projeto de mineração feito dentro do Programa de Parceria de Investimento (PPI), a ser oferecido à iniciativa privada.

Trata-se de um depósito polimetálico com elementos como zinco, cobre, chumbo e ouro em quantidade suficiente para a exploração econômica.

O governo estima arrecadar R\$ 15 milhões com o bônus do leilão da área. Segundo a CPRM, é esperado um investimento de R\$ 255 milhões no projeto, que pode gerar 2.500 empregos.

"O Projeto Palmeirópolis compreende seis processos minerários, totalizando 6.050 hectares, todos com relatórios finais de pesquisa aprovados pela Agência Nacional de Mineração. A CPRM detém cerca de 330 direitos minerários, divididos em 30 blocos, que serão ofertados à iniciativa privada visando a incentivar o desenvolvimento do setor mineral no país", informa o órgão.

Desse total, cinco ativos já estão qualificados no PPI. São eles: Polimetálico de Palmeirópolis (TO), Carvão Candiota (RS), Fosfato de Miriri (PE/PB), Cobre de Bom Jardim (GO) e Caulim do Rio Capim (PA).

O leilão de Palmeirópolis será às 10h, no salão nobre do escritório do órgão no Rio de Janeiro, na Urca. Os detalhes da cessão podem ser conferidas no site da CPRM.

Fonte: EBC – Agência Brasil
Autora: Akemi Nitahara
Data: 21/10/2019



<https://www.50cbg.com/>

22 DE OUTUBRO f t i y v //MCTIC

WORKSHOP SOBRE TERRAS-RARAS

O EVENTO ABORDARÁ TEMAS COMO:

- ✓ INSTRUMENTOS DE APOIO A PROJETOS DE PD&I
- ✓ OS PRINCIPAIS PROJETOS QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDOS
- ✓ MERCADO DE TERRAS-RARAS E SEUS INVESTIMENTOS

LOCAL: Auditório Renato Archer, MCTIC - BLOCO E
Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF

HORÁRIO: 08h às 18h

INSCRIÇÃO E MAIS INFORMAÇÕES EM:
WWW.WORKSHOPTERRASRARAS.MCTIC.GOV.BR

MÊS NACIONAL DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÕES
E COMUNICAÇÕES
OUTUBRO | MCTIC



www.workshopterrasraras.mctic.gov.br

SCN Quadra 02 Bloco D - Centro Empresarial Liberty Mall - Torre A - Sala 505 - Brasília, DF – 70712 903
telefone: (0xx61) 3326 0759 – email: contato@adimb.org.br